



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE:
ENFERMAGEM

REFLETINDO SOBRE OS MODELOS DE CURRÍCULOS DOS
CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: REVISÃO
INTEGRATIVA DA LITERATURA

Marcilene dos Santos

CONFINS

2012

MARCILENE DOS SANTOS

**REFLETINDO SOBRE OS MODELOS DE CURRÍCULOS DOS
CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: REVISÃO
INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na área de Saúde: Enfermagem- CEFPEPE, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Dra. Mércia Heloisa F. Cunha

CONFINS

2012

S237r Santos, Marcilene dos.
Refletindo sobre os modelos de currículos que permeiam os cursos técnicos de enfermagem[manuscrito]: uma revisão integrativa. / Marcilene dos Santos. – Confins: 2012.
37f.

Orientadora: Mércia Heloisa F. Cunha.
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE) da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de Especialista.

1. Enfermagem. 2. Educação em Saúde. 3. Dissertações Acadêmicas.
I. Cunha, Mércia Heloisa F. Cunha. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. III. Título

NLM: WI 100.4

MARCILENE DOS SANTOS

**REFLETINDO SOBRE OS MODELOS DE CURRÍCULOS DOS
CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: REVISÃO
INTEGRATIVA DA LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na área de Saúde: Enfermagem- CEFPEPE, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Dra. Mércia Heloisa F. Cunha

CONFINS

2012

Marcilene dos Santos

**REFLETINDO SOBRE OS MODELOS DE CURRÍCULOS DOS CURSOS
TÉCNICOS DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA DA
LITERATURA**

Trabalho apresentado ao curso de Especialização em
Formação Pedagógica em Educação Profissional na
Área da Saúde: Enfermagem – CEFPEPE, da
Universidade Federal de Minas Gerais, Pólo
Confins.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mercia Heloisa Ferreira Cunha

Prof.^a Dr.^a Miguir Terezinha Vieccelli Donoso

Data da aprovação: 03/02/2012

Confins
2012

*Dedico este trabalho a Deus por tudo que me proporciona na vida.
Aos meus pais, por todo o amor e dedicação para comigo, por terem sido a
peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou.
A minha família pelo carinho e apoio dispensados em todos os momentos que
precisei.*

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me dado forças e iluminando meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

Ao meu pai Geraldo, por todo amor e dedicação que sempre teve comigo, homem pelo qual tenho maior orgulho de chamar de pai, meu eterno agradecimento pelos momentos em que esteve ao meu lado, me apoiando e me fazendo acreditar que nada é impossível, pessoa que sigo como exemplo, pai dedicado, amigo, e batalhador.

A minha mãe Creuza, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apóia e acredita na minha capacidade, meu agradecimento pelas horas em que ficou ao meu lado não me deixando desistir e me mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, sem dúvida foi quem me deu o maior incentivo para conseguir concluir esse trabalho.

Aos meus irmãos pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo.

As amigas que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que construímos .

Gostaria de agradecer à minha orientadora, a Profa. Dra. Mércia Heloisa Ferreira Cunha por todo o apoio e também por ter me ajudado durante todo o processo e a Profa. Dra. Míguir pelas brilhantes considerações que guiaram a confecção final deste trabalho.

As tutoras do curso, Márden e Eline, pela paciência, dedicação, por terem acreditado em mim e pelos ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para minha formação profissional.

Gostaria de agradecer aos meus amigos e familiares, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva, a

todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado meu eterno AGRADECIMENTO.

EPIGRAFE

*"não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino.
Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro.
Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando.
Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e
me indago. Pesquisa para constatar, constatando
intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para
conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou
anunciar a novidade."*

(PAULO FREIRE, 1997)

RESUMO

O objetivo com este estudo foi identificar nas publicações científicas brasileiras, os marcos teóricos dos currículos do ensino médio de enfermagem por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca dos estudos foi realizada por meio da base de dados : SCIELO, LILACS, MEDLINE, ABED, BDENF e BIREME acessadas por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), consideradas como as principais da área da saúde brasileira. A amostra foi constituída por 10 publicações, sendo 8 artigos e 2 teses. Os dados foram analisados, segundo os seus conteúdos, pela estatística descritiva. Os resultados demonstraram que os periódicos que mais publicaram artigos sobre a temática foram a Revista Brasileira de Enfermagem (online) e a Revista Brasileira de Enfermagem da USP. Em relação ao ano de publicação, houve estudos publicados no período de 1999 a 2011, exceto em 2003. Concluímos que as publicações à respeito dos tipos de currículos que permeia os cursos do ensino médio em enfermagem são escassos. Apesar disso, notou-se que a educação profissional técnica de nível médio da saúde, em especial da enfermagem, vem construindo ao longo dos anos um novo discurso, que é o de formar profissionais para o mundo do trabalho com uma visão crítico-reflexivo, tornando-o agente ativo nas transformações da sociedade, e capaz de interagir com a realidade no qual está inserido..

Palavras-chave: Currículo; Ensino Médio; Ensino Profissional de Enfermagem.

ABSTRACT

The aim of this study was to identify the scientific publications, the theoretical framework of the curricula of the school of nursing through an integrative literature review. The sample consisted of 10 publications, eight articles and two theses, data collection was carried out after reading the full texts, where the data was extracted from studies that were summarized and presented as a framework. The results showed that the journals that most published articles on the subject were the Brazilian Journal of Nursing (online) and the Brazilian Journal of Nursing USP. Em the year of publication, was published between 1999 to 2011, except in 2003 . We conclude that the publications about the types of curricula that pervades high school courses in nursing are scarce. The Vocational Technical average level of health, especially nursing, has been building over the years a new discourse, to train professionals working for a world that craves, no longer mere hand-labor, but self-employed , critical and competent to work in the health area that is changing.

Keywords: Curriculum, School, Teaching Professional Nursing.

LISTA DE SIGLAS

CNE: Conselho Nacional de Educação

CEB: Conselho Brasileiro de Educação

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

SCIELO: Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

MEDLINE: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online

ABED: Associação Brasileira de Educação a Distância

BDENF: Base de Dados de Enfermagem

BIREME: Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde

COFEN: Conselho Federal de Enfermagem

CEB: Comunidades Eclesiais de Base

PROFAE: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem

ESPMT: Escola de Saúde Pública do Mato Grosso

MT: Mato Grosso

PPP: Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	14
2.OBJETIVO	17
3.REVISÃO DE LITERATURA.....	18
3.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.....	18
3.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM ENFERMAGEM	23
4.PERCURSO METODOLÓGICO	25
4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	25
4.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	27
4.3. COLETA DE DADOS	27
4.4. ANÁLISE	28
5 RESULTADOS	29
6. DISCUSSÃO	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8 REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	38

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos no Brasil, as discussões sobre currículo vêm assumindo grande importância, principalmente, em razão de reformas curriculares que buscam promover alterações nos processos educativos das escolas. Dentre essas reformas, podem-se citar aquelas que defendem um currículo voltado para a construção de competências no aluno, com o argumento de que o ensino por competência é a mais nova palavra de ordem na educação brasileira (LOPES e MACEDO, 2002).

Segundo a Resolução N°04 de 1999 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Brasileiro de Educação - CNE/CEB denomina-se *competência* como sendo a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação, valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de diversas atividades e *currículo* como o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes que são considerados importantes para serem trabalhados na escola. Define-se então currículo por competências como sendo uma organização de conteúdos sustentada pelo entrelaçamento estratégico e didático de teoria, prática e pesquisa, promovendo uma ambiência de ensino/aprendizagem (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Pressupõe-se então que as disciplinas dos currículos devem servir de instrumentos para o desenvolvimento das competências, pois para desenvolver um currículo por competências, é preciso pensar os objetivos do ensino, levando-se em consideração que não se ensina apenas teoria, mas valores e atitudes comportamentais; que não se ensina só para a escola, mas para a vida.

A reforma educacional brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9394/96 - LDB, nos dispositivos de regulamentação no que

se refere à educação profissional, como o Decreto-Lei 2208/9717 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16/9918, na Resolução CNE/CEB nº 04/9919 e nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional assume como concepção orientadora o modelo das competências, onde as disciplinas devem servir de instrumentos para o desenvolvimento das competências no que se refere a reflexão sobre os objetivos do ensino, levando-se em consideração que não se ensina apenas teoria, mas, valores e atitudes, que não se ensina somente para a escola, mas para toda a vida (BRASIL,2007).

No modelo de competências são importantes a obtenção dos saberes disciplinares escolares ou técnico-profissionais e a capacidade de mobilizá-los para resolver problemas e enfrentar os imprevistos. Os componentes não organizados da formação, como as qualificações tácitas ou sociais e a subjetividade do aprendiz, assumem extrema relevância (BRASIL, 2007) .

Nos últimos anos no Brasil, como destacam Lopes e Macedo (2002), as discussões sobre currículo vêm assumindo maior importância, principalmente em razão de reformas curriculares que buscam promover alterações nos processos educativos das escolas.

O mercado de trabalho da atualidade, principalmente na área da saúde, está exigindo um profissional diferenciado, não basta apenas o diploma nas mãos, exige-se uma série de habilidades, que para serem desenvolvidas exigirá das instituições de ensino uma grande reestruturação em sua estrutura física e curricular. Portanto, priorizar conhecimentos técnicos em detrimento de outras habilidades tais como: trabalho em equipe, resolução de problemas, comunicação verbal e escrita, comportamento empreendedor, entre outras, caracteriza uma escola de pouca credibilidade, pois forma profissionais despreparados para o mercado de trabalho (SCHÖN, 2000).

É com esta expectativa que a adoção de um currículo por competências pretende contribuir para a concretização deste novo momento, onde o ensinar o aprender inaugura uma nova relação entre educador e o educando (MORAM, 2000).

A educação no Brasil, hoje, e por um longo tempo, não tem sido orientada para o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, mas, sim, para a absorção, por parte deles, de conteúdos prontos (BRASIL, 2007).

Os currículos utilizados nos cursos Técnicos em Enfermagem, por sua vez, são centrados, não na análise e na tentativa de solucionar problemas, mas em disciplinas, que priorizam as habilidades, e que, em geral, são apresentadas de forma fragmentada, totalmente desvinculada dos problemas que um dia os alunos deverão enfrentar (SILVA, 2008).

Ao alterar o foco do processo ensino/aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências, os educadores devem pontuar que a escola precisa incluir em suas responsabilidades a de ensinar a comparar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar e criticar. Independentemente do que se esteja comparando, analisando ou assim por diante, caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo conservador.

Para ampliar as discussões sobre essas temáticas, é relevante a elaboração de estudos com vistas a descrever a evolução do ensino da educação profissional no Brasil e que possam fornecer subsídios para a área da educação profissional de enfermagem.

2. OBJETIVO

Identificar as publicações científicas brasileiras relacionadas aos marcos teóricos dos currículos do ensino médio de enfermagem.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Breve Histórico da Educação no Brasil

Uma breve reflexão sobre a história da educação no Brasil, tendo em vista as suas varias concepções de ensino ao longo da história.

Inicia-se pelo período Jesuítico (1549 – 1759). No Brasil os jesuítas se dedicaram à pregação da fé católica e ao trabalho educativo, pois perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever. As escolas jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar, mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. Nesse período, os alunos eram os índios, pois, os filhos de comerciantes e latifundiários portugueses estudavam na Europa.

No Período Pombalino (1760 – 1808), os jesuítas foram expulsos das colônias em função de radicais diferenças de objetivos com os dos interesses da Corte. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências européias da época. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

O Período Joanino (1808 – 1821) infelizmente foi um período onde não se conseguiu implantar um sólido sistema educacional nas terras brasileiras. A educação continuou a ter uma importância secundária, e ainda não existiam universidades.

O Período Imperial (1822 – 1889) teve como marco o retorno de D. João VI a Portugal em 1821. Em 1822, seu filho D. Pedro I proclama a Independência do Brasil e, em 1824, outorga a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos. Em 1823, tentando suprir a falta de professores, instituiu-se o Método Lancaster, pelo qual um aluno treinado ensinava um grupo de 10 alunos sob a vigilância de um inspetor. Por todo o Império pouco se fez pela educação brasileira e muitos reclamavam de sua qualidade que era ruim.

A República Velha (1889 – 1929) proclamada adotou o modelo político estadunidense baseado no sistema presidencialista. Na organização escolar percebe-se influência da filosofia positivista. A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Estes princípios seguiam a orientação do que estava estipulado na Constituição brasileira. Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores. Outra intenção era substituir a predominância literária pela científica. Esta Reforma foi bastante criticada: pelos positivistas, já que não respeitava os princípios pedagógicos de Comte; pelos que defendiam a predominância literária, já que o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais.

Na segunda República (1930 – 1936), ocorreu a Revolução de 30 que foi o marco referencial para a entrada do Brasil no modelo capitalista de produção. A acumulação de capital, do período anterior, permitiu com que o Brasil pudesse investir no mercado interno e na produção industrial. A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e, para tal era preciso investir na educação. Sendo assim, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório

sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como “Reforma Francisco Campos”.

Em 1934, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Em 1935, o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, no atual município do Rio de Janeiro.

No Estado Novo (1937-1945) se dá ênfase ao ensino profissionalizante devido à demanda de mão-de-obra. O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a se preocupar mais com a formação geral. Apesar dessa divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial.

Na República Nova (1946 – 1963) foi criada a nova Constituição, e, na área da Educação, determinou-se a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e quanto à competência da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação. Além disso, fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos. Se as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional foi o fato marcante, por outro lado muitas iniciativas marcaram este período como, talvez, o mais fértil da história da educação no Brasil.

Em 1950, em Salvador, no estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), dando início a sua idéia de escola-classe e escola-parque; em 1952, em Fortaleza, estado do Ceará, o educador Lauro de Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget: o Método Psicogenético. E, em 1953 a educação passa a ser administrada por um Ministério próprio: o Ministério da Educação e Cultura; em 1961, tem início uma campanha de alfabetização, cuja didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos.

Ditadura Militar (1964 – 1985). O Regime Militar espelhou na educação o caráter antidemocrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos; universidades foram invadidas; estudantes foram presos e feridos nos confronto com a polícia e alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar. Neste período deu-se a grande expansão das universidades no Brasil. Para acabar com os “excedentes” (aqueles que tiravam notas suficientes para serem aprovados, mas não conseguiam vaga para estudar), foi criado o vestibular classificatório. Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, aproveitando-se a didática do expurgado Paulo Freire. O Mobral se propunha a erradicar o analfabetismo no Brasil: não conseguiu. Entre denúncias de corrupção, acabou por ser extinto e, no seu lugar, criou-se a Fundação Educar. É instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar a formação educacional um cunho profissionalizante.

A Nova república (1986 – 2003) que aconteceu no fim do Regime Militar revelou que a discussão sobre as questões educacionais já haviam perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso

contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber.

Até os dias de hoje muito tem se alterado o planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é mais o de aprender a fazer, ou seja, as posturas mais adotadas são justamente aquelas da pedagogia tradicional.

De acordo com Xavier (1992, p.13):

“de um lado está a escola tradicional, aquela que dirige que modela, que é ‘comprometida’; de outro está a escola nova, a verdadeira escola, a que não dirige, mas abre ao humano todas as suas possibilidades de ser. É, portanto, ‘descompromissada’. É o produzir contra o deixar ser; é a escola escravizadora contra a escola libertadora; é o compromisso dos tradicionais que deve ceder lugar à neutralidade dos jovens educadores esclarecidos”.

Quanto aos currículos de enfermagem, segundo Germano (1983, p. 37), não houve, a rigor, mudança sensível entre o currículo de 1923 e o de 1949, pois, ambos privilegiavam as disciplinas de caráter preventivo, embora o mercado utilizador já apontasse forte tendência para o campo hospitalar. Já o currículo de 1962, priorizava a área hospitalar e a especialização. A saúde pública, antes considerada tão básica, já não aparece como disciplina

obrigatória do currículo mínimo, mas como especialização (GERMANO, 1983, p.39).

3.2 Aspectos Legais da Educação Profissional em Enfermagem

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional foram definidas pela Resolução CNE/CEB n.º 04/99 e pelo Parecer CNE/CEB n.º 16/99 ambas aprovadas em 05/10/99; elas organizam a educação profissional por áreas, cargas horárias e conteúdos mínimos fixados por habilidades e competências básicas, em cada área profissional. (BAGNATO *et al.*, 2007)

Para as habilitações na área de saúde a carga horária mínima é de 1.200 horas complementadas pelo estágio supervisionado que somam 50% da carga horária mínima. As competências profissionais gerais do técnico da área de saúde são listadas a partir da caracterização da área e as competências específicas de cada habilitação devem ser definidas pela escola para completar o currículo, em função do perfil profissional de conclusão. (BAGNATO *et al.*, 2007)

Para o ensino médio de enfermagem a possibilidade de diferentes modelos de organização e de autonomia das escolas em seus projetos pedagógicos faz com que as escolas tenham liberdade e autonomia para criarem novos cursos e planos de ensino baseados nestas alternativas de articulação.

As discussões e os embates em torno do Decreto n.º 2.208/97, que proibia a junção entre o ensino médio e a educação profissional e seus desdobramentos para o ensino profissionalizante resultaram na possibilidade de sua substituição, mobilizando num curto período de tempo o posicionamento de várias entidades ligadas à área de educação profissional.

Em 2004, o Decreto Federal n.º 5.154/ 2004 substituiu o Decreto n.º 2.208/97, mantendo as possibilidades de formação anterior e cria uma articulação entre os dois ensinos, instituindo uma terceira opção de ensino profissionalizante em que o curso técnico poderá ser feito com o ensino médio com apenas uma matrícula em instituições com períodos integrais de aula (BAGNATO *et al.*, 2007) .

Os cursos de auxiliar e técnico em enfermagem, através da Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, tiveram regulamentação específica e passaram a integrar o sistema educacional do país em nível de 2º grau (hoje ensino médio). Esses cursos podiam ser oferecidos como cursos regulares: organizados como currículo integrado (educação geral mais educação profissional) ou como supletivo (composto somente de matérias profissionalizantes).

A partir de 1996, a LDB, no capítulo dedicado à educação profissional, trouxe repercussões importantes para a estrutura dos cursos profissionalizantes de enfermagem, entre elas, a separação da educação profissional do ensino médio. O Decreto n.º 2.208/97 possibilitou que os cursos tivessem organização própria e independente do ensino médio. Este novo itinerário de profissionalização permitiu que os cursos pudessem ser oferecidos de maneira "flexível", ou seja, os cursos de auxiliar de enfermagem seriam em nível de ensino fundamental e o técnico em nível de ensino médio (ZOOCHÉ, 2007).

O Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, a partir das legislações que regulamentam o ensino profissionalizante (o Decreto Federal n.º 2.208/97, a Resolução CEB n.º 04/99 e o Parecer CEB n.º 10/2000) instituiu a Resolução COFEN n.º 276/2003 que concede aos auxiliares de enfermagem ingressantes na categoria somente a inscrição profissional provisória e estipulou o prazo de cinco anos para que estes profissionais se habilitem como

técnico de enfermagem ou prossigam seus estudos cursando a graduação, pois os cursos de auxiliar de enfermagem podem servir como itinerários para habilitação do técnico de enfermagem. (COFEN, 2003)

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa para a identificação de publicações sobre os tipos de currículos que permeiam os cursos técnicos de enfermagem. Optou-se por utilizar como referencial metodológico a revisão integrativa, por ser um tipo mais amplo dos métodos de revisão de pesquisa, ao permitir a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais para a plena compreensão do fenômeno em estudo.

Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo.

Segundo Beyea e Nicoll (1998), uma revisão integrativa sumariza pesquisas passadas e tira conclusões globais de um corpo de literatura de um tópico em particular. O corpo de literatura compreende todos os estudos que tratam de hipóteses relatadas idênticas.

Para a elaboração da revisão integrativa, foram utilizadas as seis fases que compõe esse processo: estabelecimento da hipótese e objetivos da revisão integrativa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos (seleção da amostra); definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados e apresentação da revisão (URSI e GAVAO, 2006) .

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para o desenvolvimento do presente estudo foram utilizados publicações com o objetivo de conhecer e aprofundar os conhecimentos sobre os modelos de currículos que permeia os cursos técnicos em enfermagem.

O levantamento bibliográfico foi realizado em base eletrônica de dados no período de novembro e dezembro de 2011, através de consultas em periódico nacionais e também com busca ativa em base de dados sobre o conteúdo vigente. As bases de dados consultadas foram: SCIELO, LILACS, MEDLINE, ABED, BDENF e BIREME acessadas por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), consideradas como as principais da área da saúde brasileira. Para o levantamento dos artigos utilizamos como descritores de busca: “enfermagem”, ”educação profissionalizante”, ”marcos teóricos” e “currículo”. Identificou-se inicialmente 2.140 artigos, os quais foram selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão a partir do da leitura dos resumos dos estudos que resultaram em 611 artigos, publicados no período de 1999 a 2010. A partir da seleção da população do estudo, e após termos adquirido todas as cópias e realizado a leitura dos artigos, foram selecionados como amostra 20 artigos, publicados no período de 1999 a 2011.

4.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão das publicações selecionadas para esta revisão foram:

- Publicadas em língua portuguesa;
- Estudos escritos por enfermeiros;
- Estudos relacionados com a realidade brasileira;
- Publicações dos últimos 12 anos;
- Estudos relacionados com a educação profissional de enfermagem;
- Estudos relacionados aos marcos teóricos do ensino profissionalizante.

As variáveis de estudo utilizadas foram: autores (profissão, formação e área de atuação), publicação (ano, tipo de publicação, delineadores e nível de evidência).

Foram excluídas automaticamente várias publicações, por se tratarem de produções (artigos duplicados, cartas, editoriais, resumos, teses, dissertações) não relacionadas com o escopo do estudo, como avaliação de programas de saúde e avaliação de cursos de enfermagem, etc. Também foram excluídos os estudos que possuíam o idioma diferente do português, os que foram publicados há mais de 12 anos e os que não poderiam apresentar alguma relação com a questão norteadora. Por meio dessa seleção, restaram 10 artigos, esses foram analisados mediante uma leitura na íntegra.

4.3. COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada após a leitura os textos na íntegra, onde foram extraídos os dados dos estudos que foram sintetizados e apresentados na forma de um quadro contendo: Nome dos autores, objetivo (s) do estudo, delineamento e conclusões, com a finalidade de proporcionar uma análise comparativa.

4.5. ANÁLISE

Para a análises dos resultados foi feito um paralelo entre os conteúdos das publicações e definido quais informações deveriam ser empregado no estudo.

5. RESULTADOS

O presente estudo foi realizado com o objetivo de identificar os marcos teóricos dos currículos do ensino médio de enfermagem presentes nas publicações científicas brasileiras, e, para tal foram analisadas 10 referências, sendo 09 artigos de periódicos e 01 teses .

Na seleção dos estudos houve predomínio de artigos sobre a temática na Revista Brasileira de Enfermagem (*online*) com 05 (cinco) artigos e na Revista Brasileira de Enfermagem da USP com 02 (dois) artigos. A Revista Brasileira de Enfermagem da UERJ publicou 01(um) artigo e a Revista Latino Americana de Enfermagem publicou 02 (dois) estudos, sendo os demais publicados nos periódicos Interface e Saúde e Educação com um artigo em cada uma. Os achados sugerem que o estudo dessa temática é atual e relevante e o interesse nessa vertente possa estar relacionada às atuais mudanças curriculares na área da saúde.

Em relação ao ano de publicação, houve estudos publicados no período de 1999 a 2011, exceto em 2003.

Quanto a formação acadêmica do primeiro autor, 90% são enfermeiros e 10% tem graduação em Letras, Psicologia e Administração de Empresas.

Em relação aos delineamentos de pesquisa dos artigos constatou-se 01 (um) estudo foi do tipo exploratório, 02 (dois) pesquisas do tipo qualitativa/descritiva, 01 (uma) descritiva/exploratória, 01 (uma) pesquisa de campo, e 5(cinco) não especificaram o delineamento.

A síntese dos estudos analisados é apresentada na forma de um quadro comparativo (QUADRO 1).

QUADRO 1 – Síntese dos Estudos Selecionados

Autores	Objetivo (s)	Delineamento	Conclusão/Recomendações
Esquerdo, F. Azevedo; Pegoraro, R. F.	Investigar as concepções de estudantes de um curso técnico em enfermagem no Estado do Rio de Janeiro sobre suas expectativas em relação à disciplina "Psicologia Aplicada à Enfermagem" e os subsídios por ela oferecidos para sua atuação profissional	Pesquisa de campo/qualitativa e descritiva	o impacto emocional que o aluno experimenta no início do estágio profissionalizante e a necessidade de receber, ao longo da disciplina, "receitas prontas" para lidar com as dificuldades emocionais encontradas no hospital
Costa, C.C; C. <i>et al</i>	analisar o curso Técnico em Enfermagem do PROFAE, sob a perspectiva dos egressos, vislumbrando o reconhecimento dos pontos fortes e as dificuldades decorrentes do desenvolvimento do curso.	Descritivo-exploratório de natureza qualitativa	Evidenciou-se que o curso proporcionou aquisição de conhecimentos, transformando a vida dos participantes, passando a ser agente de mudança no contexto de trabalho.
Kobayashi, R. M; L., Januário, M.H.	Identificar as competências descritas nos Planos de Ensino da disciplina Noções de Administração em Enfermagem do curso Técnico de Enfermagem	Exploratório/documental	59 a 54% das competências gerais e específicas do Técnico de Enfermagem são relacionadas respectivamente a: saber fazer, 34 a 45% a aprender a conhecer e a saber ser (7 a 1%), retratando ainda a prevalência do saber fazer na educação profissional, como tendência a fundamentar e instrumentalizar esse fazer com conhecimentos científicos.
Araujo, E. A.G. Barbosa, V. B.	Descrever e analisar experiência vivenciada pelo corpo docente de uma escola pública pernambucana na implementação do currículo por competência do Curso Técnico em Enfermagem	Não especificado	Dentre as maiores dificuldades encontradas durante a reestruturação curricular estão resistência do corpo docente e discente quanto à adoção de novas práticas pedagógicas e de sistemática para avaliação

			das competências construídas. Partindo da adoção do novo currículo houve o crescimento qualitativo do corpo discente e docente e aumento da autonomia da escola na definição e atualização dos componentes curriculares.
Saragiotto, E. B. S.	O estudo analisa em que medida a matriz curricular do Curso de Técnico em Enfermagem da ESPMT, no ano de 2004, contribuiu para a introdução de novas práticas no processo de trabalho das equipes da Saúde da Família do município de Sapezal/MT.	Pesquisa de campo	O processo de trabalho nas Unidades da Saúde da Família de Sapezal está voltado para o posto de trabalho, com atividades especializadas. Embora a ESPMT venha operando desde 2004 no modelo de competência, os conteúdos ministrados no curso está mais voltado para prática assistencial baseado em normas e procedimentos e não por competências
Maciel, I. C.F.; Gomes, I. L.V.; Silva, R. M.	Desenvolver metodologias de ensino relacionadas a uma postura crítica emancipadora e criativa de educação, desenvolver no aluno uma consciência crítica quanto ao seu papel na educação.	Descritivo	O conteúdo enriquecedor, a metodologia utilizada inovadora, a postura das mestrandas eficiente e satisfatória bem como a presença das mestrandas em sala de aula.
Sant' Anna SR, E.LD, Soares LHS, Oliveira SR, Sant' Anna LS	Descrever as principais mudanças no processo de reorganização curricular dos cursos de educação profissionalizante.	Não explicitado	Acreditam que com base em uma nova estrutura curricular escolar firmada no princípio da integralidade e humanização da assistência e no compromisso com a promoção da saúde, é possível formar profissionais de enfermagem competentes.
Bagnato MHS, Bassinelo GAH, Lacaz CPC,	Analisar as políticas de educação profissional, problematizando aspectos das mudanças efetuadas no ensino	Não explicitado	O ensino profissionalizante em enfermagem deve assumir uma perspectiva técnica integrada a uma educação geral, oferecida

Missio L	médio no Brasil.		em um mesmo espaço, diminuindo o risco de uma formação minimalista, com base em uma organização curricular.
Kruse MHL, Santana MNGST	Analisar as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível tecnológico e sua implementação na área da saúde, principalmente na enfermagem.	Não explicitado	Dada a complexidade e a especificidade do trabalho em saúde, busca-se um trabalhador com formação em bases sólidas, tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista humanista, o que não parece ser possível na proposta de formação apenas voltada para o trabalho.
Bagnato <i>et al.</i> , M.H. S.	Analisar as políticas de educação profissional, problematizando aspectos das mudanças efetuadas no ensino médio no Brasil	Não explicitado	o ensino profissionalizante em enfermagem deve assumir uma perspectiva técnica integrada a uma educação geral, oferecida num mesmo espaço, diminuindo o risco de uma formação minimalista e aligeirada.

Com base nos resultados destes estudos, pode-se constatar que são escassas as publicações a respeito dos tipos de currículos que permeiam os cursos do ensino médio em enfermagem.

6. DISCUSSÃO

Nas concepções pedagógicas que sinalizam para a transformação, as principais tendências de avaliação do processo ensino e aprendizagem propõem: A construção de novos modos de ensinar e aprender na área da

saúde passou a ser um dos objetivos das escolas; entretanto, para que isto ocorresse foi necessário reorganizar os currículos vigentes tendo como eixos norteadores a articulação com os serviços de saúde e a incorporação de novas metodologias de ensino capazes de formar profissionais competentes para atender às demandas de saúde da população brasileira.

A partir da formulação das diretrizes curriculares, o conceito de ‘competência profissional’ emerge na EP, sendo definida como a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho (BRASIL,2000).

Entretanto, apesar da estrutura curricular baseada em competências criar perspectivas favoráveis à superação de uma pedagogia centrada na transmissão de conteúdos, deve-se levar em conta que este enfoque, se não for devidamente apropriado, poderá levar à criação de novos códigos que aproximam a educação das tendências produtivas associadas ao mercado de trabalho, bem como à valorização das potencialidades individuais do trabalhador, responsabilizando-o por seu desempenho no emprego – fato que resultaria na volta a um tecnicismo já suficientemente condenado por não assegurar uma formação abrangente (RAMOS, 2002).

Portanto, para iniciar o debate sobre a reorganização curricular por competências na área da saúde, torna-se imprescindível compreender as principais mudanças ocorridas no campo da saúde nestas duas últimas décadas.

De acordo com Perrenoud (1999), quando se trata do processo de formação do profissional do ensino médio de enfermagem, as estratégias pedagógicas na aplicação da teoria com a prática devem contextualizar os diversos espaços onde se realiza a promoção da saúde. É necessário, colocar o

educando em contato direto com a realidade social, pois, certamente isso contribuirá para ampliar a sua visão no campo da saúde .

Em relação à temática sobre o processo ensino-aprendizagem, pode-se perceber que as reformas educacionais tem sido implementadas em todo Brasil (com resistência, por parte dos docentes e discentes), embasadas em práticas pedagógicas por competências, que demonstram uma nova visão do ensinar em uma dimensão mais humanística.

O aprendizado por problemas, desenvolvidos em algumas formações profissionais como a medicina e a enfermagem ,pressupõe que o aluno identifique e resolva problemas de situações que necessariamente deverão ser contextualizadas, ou seja, inseridas em uma situação que lhes dê sentido, e que lhe propiciarão paulatinamente a assimilação dos conhecimentos e a construção de competências (ALMEIDA,2002, p.64).

Os métodos tradicionais de ensino ficaram evidentes que não aplica mais a essa nova visão do ensinar, os profissionais de hoje devem ser dotados de competências e habilidades imprescindíveis para quem atua no cuidado ao ser humano. a realidade social carece de profissionais que tenham habilidades intelectuais de questionamento crítico do que se aprende nas instituições de ensino e nas relações de trabalho nos serviços de saúde para que se busquem soluções para os problemas da prática em Enfermagem (PERRENOUD,1999).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática sobre a educação profissional de nível médio em enfermagem é relevante para a área e tem sido abordada em pesquisas brasileiras. Apesar do número reduzido de artigos analisados na amostra em um período de 11 anos, as publicações revelam aspectos significativos quanto ao que tem sido formulado para a formação do trabalhador de nível médio de enfermagem.

A educação profissional técnica de nível médio da saúde, em especial, da enfermagem, vem construindo ao longo dos anos um novo discurso, o de formar profissionais para um mundo de trabalho que almeja, não mais mera mão-de-obra, e sim profissionais autônomos, críticos e competentes para atuar na área da saúde que se encontra em transformação, tanto no que se refere ao aparato tecnológico como à concepção de atenção à saúde voltada para os princípios do SUS. A responsabilidade de formar profissionais com estas características, por si só, é fonte inspiradora para a reformulação dos currículos educacionais para o setor saúde

Diante dos achados, fica evidente a necessidade de ampliar as pesquisas que analisem o contexto da educação profissional de enfermagem, pois estudos como esse são fundamentais para que os gestores e docentes tenham uma visão crítico-reflexiva do ensino de enfermagem de nível médio, o que contribui para a melhoria e incorporação de novas estratégias de ensino e aprendizagem.

8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Evanísia Assis Goes; BARBOSA, Valquíria Bezerra. Desafios na implementação do currículo por competências. **Rev Bras Enferm**, p.364-365, jun. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (ABEn). **Considerações sobre a regulamentação do artigo 36, os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.304/96 e que revoga o Decreto n.º 2.208/97.** Brasília; 2005. Disponível em: <http://www.anbennacional.org.br/direducacao>.

BAGNATO, M.H.S; BASSINELO, G.A.H; LACAZ ,C;P.C MISSIO, L. Ensino Médio e educação profissionalizante em enfermagem:algumas reflexões. **Rev. Esc Enferm USP.**2007.

BAGNATO Maria Helena Salgado; RODRIGUES Rosa Maria. Diretrizes Curriculares da Graduação de Enfermagem: pensando contextos, mudanças e perspectivas. **Rev. bras. enferm.** v.60, n.5, set./out. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CEB n. 4, de 3 de dezembro de 1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília; 1999. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br/> .

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CEB n. 16/99. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília; 1999. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br/>.

BRASIL, **Instrumentos/Documentos legais relativos à Reforma da Educação Profissional: Lei nº 9394, LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/96; Decreto nº 2208, de 17/04/97; Portaria nº 646/97, de 14/05/97; Resolução CNE/CEB nº 04/99.; Parecer CNE/CEB nº 10, de 05/04/2000; Parecer CNE/CEB nº 16/99.**

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e o art. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jul. 2004. Seção 1. p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CEB n.10/2000. **Providências do CNE/CEB para orientar os Conselhos Estaduais de Educação sobre procedimentos para implantar a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília; 2000. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br/> .

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). Resolução COFEN 276/2003. **Regula a Concessão de Inscrição Provisória ao Auxiliar de Enfermagem.** Brasília; 2003. Disponível em: <http://www.portalcofen.org.br/> .

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Dados estatísticos** [texto na Internet]. Brasília; 2006. Disponível em: <http://www.portalcofen.org.br/> .

COSTA, Carmem Cemires Cavalcante; BEZERRA Filho, José Gomes; MACHADO, Márcia Maria Tavares; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa; JORGE, Antônia Cristina; CASTRO, Tânia Maria Saunders de. **Curso Técnico de Enfermagem do PROFAE - Ceará: uma análise sob a óptica dos egressos.** Rev Esc Enferm USP; 43(3): 520-527, set. 2009.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1983.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elisabeth. **Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas.** Rio de Janeiro, 2002.

KOBAYASHI, R; LEITE, Maria Madalena Januário. Formação de competências administrativas do técnico de enfermagem. **Rev Lat Am Enfermagem.** v.12, n2, p.221-7, 2004.

KRUSE MHL, SANTANA MNGST. Educação tecnológica: por que ela não é pertinente para a área da saúde. **Rev Bras Enferm;** 2002 .

MACIEL, Isabel Cristina Filgueira; GOMES, Ilvana Lima Verde; SILVA, Raimunda Magalhães da. Vivenciando a educação emancipatória com alunos da graduação - relato de experiência. **Texto & Contexto Enferm;**1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CES nº. 3, de 07 de novembro de 2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília (DF): **Diário Oficial da União;** 2001.

MORAN, J.M. **Mudanças na comunicação pessoal.** São Paulo: Paulinas, 2000.

PERRENOUD, P **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANT' ANNA SR, ENNES LD, SOARES LHS, Oliveira SR, Sant' Anna LS. **A influência das políticas de educação e saúde nos currículos dos cursos de educação profissional técnica de nível médio em enfermagem**, 2007.

SARAGIOTTO, Eliete Balbina Santos. **Contribuição da matriz curricular da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESPMT) no ano de 2004, para a qualificação do processo de trabalho dos técnicos em enfermagem que atuam na estratégia de saúde da família (ESF)**. Rio de Janeiro, 2004.

SILVA Rosiele Pinho Gonzaga da; RODRIGUES Rosa Maria. Mudança curricular: desafio de um curso de graduação em enfermagem. **Rev. bras. enferm.** v.61 n.2, p.32, 2008.

SCHÖN, D.A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZOCHE DAA. Educação profissional em saúde: reflexões sobre a avaliação. **Trab Educ e Saúde**, 2007.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO PARA COLETA DOS DADOS

Título da publicação	
Título de periódico	
Autores	Nomes: Graduação: Instituição sede do autor principal:
Ano de publicação	
Estado brasileiro onde a pesquisa foi desenvolvida	
Tipos de revista científica	<input type="checkbox"/> Publicação de enfermagem geral <input type="checkbox"/> Publicação de enfermagem de outra especialidade Especificar _____ <input type="checkbox"/> Publicação médica <input type="checkbox"/> Publicação de outras áreas Especificar _____
Objetivos do Estudo	
Delineadores do estudo	Estudos com dados primários <input type="checkbox"/> Abordagem quantitativa <input type="checkbox"/> Delineamento experimental <input type="checkbox"/> Delineamento quase-experimental

	<input type="checkbox"/> Delineamento não experimental <input type="checkbox"/> Abordagem qualitativa <input type="checkbox"/> Etnografia <input type="checkbox"/> Fenomenologia <input type="checkbox"/> Teoria fundamentada <input type="checkbox"/> Outras Estudos secundários <input type="checkbox"/> Revisão sistemática <input type="checkbox"/> Revisão integrativa <input type="checkbox"/> Revisão da literatura <input type="checkbox"/> Outras. Especificar _____ <input type="checkbox"/> O autor não define claramente o delineamento do estudo.
Resultados do estudo	
Conclusões do estudo	